



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 25/02/2026

BREVES COMUNICAÇÕES

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado afirmou que pesquisas eleitorais apontaram cenário desfavorável ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em eventual segundo turno. Mencionou supostas delações no âmbito da CPMI do Instituto Nacional do Seguro Social que envolveriam o filho do Presidente, conhecido como Lulinha, a partir de relatos atribuídos a ex-dirigentes do órgão. Também declarou que a base governista teria atuado para rejeitar convocações na comissão e anunciou a apresentação de novo requerimento para ouvir os citados.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 4.880, de 2024, que busca ampliar o acesso ao serviço móvel em comunidades rurais, distritos e povoados com mais de 500 habitantes, além de municípios acima de 30 mil habitantes sem concorrência efetiva entre operadoras. Afirmou que a proposta trata a conectividade como obrigação regulatória, não apenas como decisão econômica das empresas. Também explicou que o texto prevê o compartilhamento obrigatório de infraestrutura já existente e reforça o papel da Agência Nacional de Telecomunicações na fiscalização e aplicação de sanções.

Leônidas Cristino (PDT - CE) - O Deputado informou que a Comissão de Viação e Transportes aprovou requerimento de sua autoria solicitando informações ao Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, sobre o projeto do Porto Sul, previsto para o Município de Ilhéus (BA). Destacou que o empreendimento envolve um Terminal de Uso Privado e um porto público estadual, com conexão à Ferrovia de Integração Oeste-Leste, e potencial impacto no escoamento mineral e agrícola.

Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG) - O Deputado destacou o papel da opinião pública e da imprensa na revisão de decisão judicial envolvendo caso de estupro em Minas Gerais. Afirmou que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais havia absolvido um homem de 35 anos sob entendimento de existência de união estável com uma criança de 12 anos. Também ressaltou que após repercussão nacional e manifestações do Parlamento e do Governo estadual, a Corte reformou a decisão. Ao final, informou que foi expedido mandado de prisão, com registro no Conselho Nacional de Justiça.

Luiz Carlos Haully (PODE - PR) - O Deputado registrou a visita do empresário Mário Gazin, do Paraná, destacando sua atuação no setor varejista e a geração de empregos no País. Também associou o exemplo do empresário ao fortalecimento da economia e à expansão de investimentos em diversos Estados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado relatou participação na comitiva do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em missão oficial à Índia e à Coreia do Sul, que classificou como a maior agenda comercial já realizada pelo Brasil nesses países. Destacou o crescimento das relações comerciais com a Índia e acordos na área da saúde, com foco na produção de biofármacos para tratamento de câncer e doenças raras. Ao final, afirmou que os acordos fortalecem a reindustrialização e ampliam a cooperação tecnológica.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado cobrou a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncias envolvendo o Banco Master e questionou a ausência de resposta do Presidente da Câmara ao seu pedido de esclarecimento. Afirmou que o Governador Ibaneis Rocha enviou projeto à Câmara Legislativa prevendo a oferta de terrenos públicos como garantia para empréstimo destinado a cobrir prejuízo estimado em R\$ 6,6 bilhões relacionado a operação entre o Banco de Brasília (BRB) e o Banco Master. Por fim, defendeu a apuração dos fatos, eventual responsabilização dos envolvidos e criticou impactos sobre serviços públicos no Distrito Federal.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado destacou a participação do Governador Jerônimo Rodrigues na comitiva do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em viagem à Índia e à Coreia do Sul. Afirmou que a missão resultou em acordos estratégicos, incluindo parcerias para produção de medicamentos, com impacto na área da saúde. Também elogiou a prioridade dada pelo Governo da Bahia à ampliação da rede hospitalar e ao fortalecimento de cooperações internacionais. Ao final, ressaltou que a agenda internacional buscou ampliar mercados para o agronegócio brasileiro e defendeu que as ações do Governo visam atender aos interesses do povo brasileiro.

Alfredinho (PT - SP) - O Deputado parabenizou as escolas de samba Acadêmicos do Tucuruvi e Estação Primeira de Cidade Tiradentes (SP) pelo desempenho no carnaval de São Paulo, destacando a ascensão e permanência no grupo especial. Também defendeu o fim da escala 6x1 e a adoção da jornada 5x2, com 40 horas semanais. Argumentou que a medida ampliaria qualidade de vida e poderia estimular a geração de empregos, citando o precedente da redução da jornada de 48 para 44 horas na Constituição de 1988.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado declarou voto contrário à proposta de substituição da escala 6x1 pela jornada 5x2 com 40 horas semanais. Questionou como empresas manteriam a mesma arrecadação com aumento no número de funcionários e levantou dúvidas sobre efeitos para trabalhadores com remuneração variável, como comissionados e profissionais autônomos. Também mencionou possíveis reflexos para servidores que acumulam atividades no setor privado e pediu cautela na análise da proposta.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado afirmou que houve interpretação equivocada sobre seu voto na matéria que tratou da taxação das apostas esportivas. Segundo o Parlamentar, ao votar “não” a um destaque, manteve o texto do relator que previa a cobrança de impostos das *bets*. Reiterou posição contrária aos jogos de azar e declarou que, diante da regulamentação, defende tributação elevada. Também informou que assinou pedidos de CPMI relacionados ao Banco Master e ao Instituto Nacional do Seguro Social, afirmando que a adesão às comissões demonstra compromisso com apuração dos fatos.

Saulo Pedroso (PSD - SP) - O Deputado registrou a visita dos vereadores Professor Rogério e Gilmar de Almeida, do Município de Piracaia (SP). Também destacou a representação do interior paulista e mencionou a cidade como Capital Nacional da Truta.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada classificou como histórico o dia da condenação dos mandantes do assassinato da Vereadora Marielle Franco e de Anderson Gomes, crime ocorrido há oito anos no Rio de Janeiro (RJ). Afirmou que a decisão representa resposta à sociedade e destacou o impacto do caso para a família e para o País. Também ressaltou que o crime evidenciou a atuação de milícias e mencionou o envolvimento de ex-integrantes das forças de segurança, incluindo o ex-Delegado Rivaldo Barbosa. Por fim, manifestou solidariedade à família de Marielle e defendeu o enfrentamento à impunidade e às organizações criminosas.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado informou que assinou pedidos de instalação de CPMIs para investigar denúncias envolvendo o Banco Master e o Instituto Nacional do Seguro Social. Defendeu a apuração dos fatos e cobrou da Mesa Diretora da Câmara e do Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, a adoção das providências para instalação das comissões. Também citou questionamentos sobre decisões atribuídas ao Ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, e pediu esclarecimentos públicos sobre os fatos mencionados.

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado agradeceu à Mesa Diretora e ao Presidente da Câmara pela indicação para representar o Parlamento na missão oficial liderada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia, à Coreia do Sul, à Tunísia e a Abu Dhabi. Afirmou que a agenda teve foco institucional e abordou temas como inteligência artificial, saúde, educação, desenvolvimento, soberania e democracia. Também reiterou que a missão fortaleceu a cooperação no âmbito do Sul Global e trouxe subsídios relevantes para o Congresso Nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

Paulo Magalhães (PSD - BA) - O Deputado celebrou a suspensão da importação de amêndoas de cacau da Costa do Marfim e de países vizinhos, medida adotada pelo Ministério da Agricultura após denúncias de contaminação. Também afirmou que a decisão atende reivindicações de produtores da Bahia e reforça a proteção fitossanitária da cacauicultura nacional. Atribuiu a iniciativa ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e destacou a atuação do Ministro Rui Costa. Por fim, defendeu a manutenção da suspensão até a conclusão de análises técnicas e ressaltou a importância histórica da Bahia para o desenvolvimento da produção de cacau no Brasil.

João Carlos Bacelar (PL - BA) - O Deputado apoiou a manifestação sobre a cacauicultura baiana e defendeu a revogação da Instrução Normativa 125, relacionada à importação de amêndoas de cacau. Argumentou que a suspensão temporária não é suficiente e pediu o fim definitivo da entrada do produto proveniente de países africanos, como a Costa do Marfim. Também afirmou ter dialogado com o Ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, e destacou que a medida é necessária para proteger produtores nacionais, evitar prejuízos econômicos e garantir geração de emprego e renda na Bahia e em outras regiões produtoras do País.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado afirmou que a proteção à vida deve estar acima de divergências políticas e cobrou a manutenção da escolta policial do ex-Governador Anthony Garotinho. Informou que a retirada da segurança teria ocorrido por decisão do Governo do Estado do Rio de Janeiro, comandado por Cláudio Castro. Também mencionou que pedidos de proteção teriam sido feitos anteriormente por órgãos como o Ministério Público e citou episódios de violência envolvendo Garotinho.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado registrou a presença do Vereador Nilo Farinha, do Município de Guaraí (TO). Destacou a atuação do representante municipal e afirmou que ele esteve em Brasília em busca de recursos e melhorias para a cidade. Também elogiou a trajetória e o preparo do Vereador, ressaltando seu compromisso com a população local.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada apoiou a suspensão da importação de amêndoas de cacau e defendeu medidas adicionais para proteger a cacauicultura nacional. Pediu a revisão da flexibilização da fiscalização fitossanitária adotada em gestão anterior e a suspensão do regime de *drawback* aplicado à importação do produto, argumentando que a medida acaba subsidiando o cacau estrangeiro. Também destacou a necessidade de fortalecer a cadeia produtiva do chocolate no Brasil e mencionou proposta em tramitação que estabelece percentual mínimo de 35% de amêndoa de cacau na composição do chocolate fabricado no País, como forma de valorizar os produtores nacionais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

Fabiano Cazeca (PRD - MG) - O Deputado manifestou solidariedade à população de Minas Gerais afetada por fortes chuvas, com destaque para a Zona da Mata, especialmente os Municípios de Juiz de Fora (MG) e Ubá (MG). Relatou a ocorrência de enchentes em diversas cidades e mencionou número elevado de vítimas fatais, além de famílias em situação de vulnerabilidade. Cobrou ações dos Governos Estadual e Municipais para garantir assistência emergencial, incluindo atendimento médico e apoio financeiro às pessoas atingidas. Além disso, defendeu medidas que possibilitem a recuperação das condições de vida da população e a continuidade das atividades familiares. Ao final, reforçou a necessidade de resposta rápida do poder público diante da gravidade da situação.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado destacou a aprovação de proposição voltada ao combate ao crime organizado, o Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que altera a Lei nº 12.850, de 2013, o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 1990, a Lei nº 7.960, de 1989, e a Lei nº 7.210, de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País. Afirmou que a medida endureceu penas, restringiu benefícios e introduziu novas tipificações no Código Penal. Avaliou que o texto representaria avanço na repressão a organizações criminosas e criticou a posição contrária de setores da oposição. Também mencionou a intenção de apresentar projeto específico para tratar da taxação de apostas, com o objetivo de regulamentar o tema. Por fim, elogiou a condução dos trabalhos na Câmara e classificou a aprovação como um passo relevante na política de segurança pública.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou a política econômica do Governo Federal, associando aumento de impostos e inflação à perda de poder de compra da população, especialmente da classe média. Citou exemplos de elevação de preços de produtos, como veículos e equipamentos tecnológicos, e apontou impactos sobre consumo e acesso a bens. Também questionou políticas sociais e medidas tributárias recentes, argumentando que poderiam ampliar a dependência de programas governamentais. Mencionou ainda propostas relacionadas à jornada de trabalho, avaliando possíveis efeitos sobre o mercado e a renda. Ao final, defendeu mudanças na condução econômica e afirmou que o cenário exige revisão de prioridades na gestão pública.

Filipe Martins (PL - TO) - O Deputado registrou a presença de representantes do Estado do Tocantins em visita à Câmara dos Deputados, destacando o Secretário da Agência de Mineração e seu irmão, economista e professor aprovado em concurso público da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Ressaltou a importância da participação de autoridades e profissionais do Estado no ambiente legislativo federal, valorizando a troca institucional e o reconhecimento de trajetórias acadêmicas e técnicas. Ao final, deu boas-vindas aos visitantes e destacou a relevância de suas atuações para o desenvolvimento regional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

Ricardo Salles (NOVO - SP) - O Deputado criticou a condução econômica do Governo Federal, apontando aumento de gastos, políticas fiscais que classificou como expansivas e riscos de desequilíbrio das contas públicas. Avaliou que medidas adotadas poderiam gerar impactos negativos no médio prazo, especialmente sobre inflação, juros e confiança de investidores. Também mencionou programas governamentais e propostas em debate no Congresso, argumentando que careceriam de base técnica e poderiam comprometer a sustentabilidade fiscal. Além disso, citou episódios recentes envolvendo instituições e políticas públicas para sustentar críticas à gestão. Ao final, projetou cenário econômico adverso e defendeu mudança de rumo político nas próximas eleições como alternativa para o país.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado comentou declarações relacionadas a investigações sobre fraudes envolvendo aposentados e afirmou que relatos recentes mencionariam o filho do Presidente da República. Disse que as informações teriam surgido a partir de depoimentos de investigados e defendeu que os fatos fossem apurados. Também criticou posicionamentos anteriores de Parlamentares que negavam qualquer envolvimento e afirmou que o caso exigiria esclarecimentos públicos. Por fim, ressaltou a importância de investigação e responsabilização, caso comprovadas irregularidades, e cobrou respostas das autoridades competentes diante das denúncias apresentadas.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado afirmou que surgiram novas delações no caso de supostas fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), nas quais investigados teriam mencionado o filho do Presidente da República. Disse que essas acusações reforçariam suspeitas já levantadas por outros envolvidos no esquema. Além disso, criticou a atuação da base governista em Comissões, alegando que houve resistência à convocação de pessoas ligadas ao caso. Por fim, destacou a expectativa em torno de possíveis depoimentos e cobrou que não haja proteção política, defendendo a apuração completa das denúncias.

Eduardo Velloso (UNIÃO - AC) - O Deputado destacou sua atuação no Acre, especialmente na área da saúde, e afirmou estar sendo alvo de ataques políticos em meio ao crescimento de seu nome como pré-candidato ao Senado. Apresentou ações realizadas no interior do Estado, com foco no Vale do Juruá, ao lado do Deputado Zezinho Barbary, como a reativação de um equipamento de ressonância magnética; a ampliação do atendimento em cardiologia, e a realização de cirurgias oftalmológicas itinerantes em regiões remotas. Também anunciou a implantação de tecnologia de cirurgia robótica no Estado, inspirada em experiência pessoal com tratamento de câncer de próstata de seu pai, com o objetivo de ampliar o acesso a procedimentos de alta complexidade na rede pública. Por fim, sinalizou novos investimentos por meio de emendas parlamentares, incluindo mais de R\$ 22 milhões destinados à agricultura familiar, defendendo que o desenvolvimento do Estado passa pela produção e interiorização de políticas públicas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

Paulão (PT - AL) - O Deputado abordou a necessidade de reparação histórica ao povo negro em Alagoas, ao relembrar a Quebra de Xangô, ocorrida em 1912, quando terreiros foram destruídos e lideranças religiosas perseguidas, resultando na morte de Tia Marcelina. Destacou mobilização de movimentos sociais e instituições para alterar o nome de uma importante via de Maceió (AL), atualmente associada ao episódio, para homenagear a líder religiosa como forma de reconhecimento histórico. Por fim, tratou do debate sobre o fim da escala 6x1, criticando resistências políticas e econômicas à proposta, e defendendo a medida como avanço nas condições de trabalho e alinhamento a práticas internacionais.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado criticou a condução da votação do Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que altera a Lei nº 12.850, de 2013, o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 1990, a Lei nº 7.960, de 1989, e a Lei nº 7.210, de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País. Argumentou ausência de deliberação nominal e a retirada da taxa das apostas, o que, segundo ele, comprometeu recursos estimados em R\$ 30 bilhões para a segurança pública. Em seguida, também abordou o caso do assassinato de Marielle Franco, ao afirmar que, embora executores estejam identificados, permanecem dúvidas sobre os mandantes e lacunas na investigação. Por fim, contestou previsões econômicas negativas divulgadas, defendendo que indicadores recentes não confirmaram tais projeções.

Franciane Bayer (REPUBLICANOS - RS) - A Deputada registrou os 70 anos do Hospital Beneficente Nossa Senhora de Fátima, em Flores da Cunha (RS), destacando sua trajetória como referência regional em atendimento e cuidado humanizado. Ressaltou o papel da instituição no acolhimento de pacientes e no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente no interior. Também mencionou o lançamento da campanha para ampliação e modernização do centro cirúrgico, com previsão de conclusão até 2027, baseada na participação comunitária. Por fim, reconheceu a atuação de profissionais, gestores e voluntários, além de defender o apoio às instituições filantrópicas que complementam a atuação do poder público na área da saúde.

Fernando Mineiro (PT - RN) - O Deputado criticou a tramitação do Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que altera a Lei nº 12.850, de 2013, o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 1990, a Lei nº 7.960, de 1989, e a Lei nº 7.210, de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País, denominado PL Antifacção. Apontou irregularidades no processo legislativo e mudanças sucessivas no texto original enviado pelo Governo. Destacou que a proposta fazia parte de uma estratégia para combater o crime organizado, especialmente atingindo seu financiamento. Argumentou que, apesar de negociações e ajustes, inclusive com apoio do Partido dos Trabalhadores (PT) à versão final, a retirada de dispositivos relacionados



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

ao financiamento do combate ao crime, como a CID-Bets, representou um retrocesso. Por fim, afirmou que a decisão beneficiou interesses econômicos ligados às apostas e lamentou o resultado da votação.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada alertou para a grave situação causada pelas chuvas na Zona da Mata mineira, com dezenas de mortes, desaparecidos e famílias afetadas. Relacionou a tragédia aos impactos das mudanças climáticas e à falta de políticas adequadas para deslocados ambientais. Além disso, criticou o Governo de Minas Gerais por omissão diante da crise e defendeu a adoção de medidas emergenciais, como a isenção de contas de água e energia para os atingidos. Por fim, destacou a necessidade de tratar a agenda ambiental como prioridade humanitária no Congresso.

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado criticou a decisão inicial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que absolveu um homem acusado de relação com uma menina de 12 anos, destacando que ela contraria o Código Penal e a jurisprudência, que não consideram válido o consentimento de menores de 14 anos. Ressaltou que, após forte reação da sociedade e atuação do Ministério Público, a decisão foi revertida, com a condenação restabelecida e prisão determinada. Por fim, defendeu que a proteção de crianças não pode depender de pressão popular, devendo ser garantida de forma rigorosa e consistente pelo sistema de Justiça, conforme a Constituição.

Da Vitoria (PP - ES) - O Deputado ressaltou a aprovação do Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que altera a Lei nº 12.850, de 2013, o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 1990, a Lei nº 7.960, de 1989, e a Lei nº 7.210, de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País, denominado PL Antifacção, como um avanço no combate ao crime organizado. Afirmou que o projeto endurece penas, prevê até 65 anos de prisão, restringe benefícios como auxílio-reclusão para membros de facções, determina transferência para presídios federais de segurança máxima e busca atingir o financiamento dessas organizações. Por fim, defendeu que a medida é uma resposta firme do Congresso à violência e elogiou a condução do projeto, ressaltando a importância de ações mais duras contra o crime no país.

General Girão (PL - RN) - O Deputado criticou a Marcha dos Prefeitos, afirmando que o evento não trouxe resultados concretos e representaria desperdício de recursos públicos. Em seguida, sobre o fim da escala 6x1, disse ser favorável ao debate sobre melhores condições de trabalho, mas contrário à forma como a proposta vem sendo conduzida. Argumentou que a redução da jornada sem compensações pode gerar desemprego, informalidade e fechamento de empresas. Por fim, defendeu a necessidade de medidas como desoneração da folha e alternativas de financiamento, além de criticar o custo elevado de contratação no Brasil e o que considera excesso de gastos do Estado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

Pauderney Avelino (UNIÃO - AM) - O Deputado criticou a retirada de recursos do Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (FUNAPOL) durante a votação do Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que altera a Lei nº 12.850, de 2013, o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 1990, a Lei nº 7.960, de 1989, e a Lei nº 7.210, de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País; denominado PL Antifacção, afirmando que esses valores fortaleceriam o combate ao crime organizado. Também questionou a condução da votação, apontando que não houve votação nominal e que teria se posicionado contra a exclusão dos recursos. Por fim, defendeu que valores arrecadados com apostas (*bets*) poderiam ser direcionados para a segurança pública, apesar de se declarar contrário aos jogos.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado afirmou que o cenário político no Rio de Janeiro está definido, com a disputa entre o grupo ligado ao Senador Flávio Bolsonaro e a candidatura do Prefeito Eduardo Paes. Criticou o atual Governo Estadual, associando-o a práticas de corrupção e má gestão, e afirmou que houve continuidade de problemas desde a gestão de Wilson Witzel. Por fim, declarou-se de direita, disse que prioriza competência administrativa, elogiando a capacidade de gestão de Eduardo Paes e defendendo que o eleitor deve escolher entre manter o atual grupo político ou promover uma mudança no Estado.

Celso Sabino (UNIÃO - PA) - O Deputado destacou seu retorno à Câmara após atuação no Ministério do Turismo, ressaltando resultados positivos da pasta, com o Brasil superando a marca de 9,3 milhões de turistas estrangeiros e geração de empregos no setor. Também afirmou que retomará a defesa dos interesses do Estado do Pará no Parlamento. No campo econômico, mencionou a situação dos produtores de cacau e apoiou a decisão do Ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, de suspender a importação de amêndoas vindas da Costa do Marfim, citando preocupações com concorrência desleal, possíveis irregularidades sanitárias e suspeitas de uso de trabalho análogo à escravidão.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado registrou homenagens a Municípios do interior da Bahia em celebração às suas emancipações políticas. Destacou os 41 anos de Tanque Novo (BA), ressaltando avanços na gestão municipal, especialmente na área da saúde, e a inauguração recente de uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Também mencionou Guajeru (BA), igualmente com 41 anos, apontando melhorias nas condições de vida da população urbana e rural sob a atual administração. Por fim, destacou Feira da Mata (BA), que completou 37 anos, enfatizando o trabalho conjunto entre gestão municipal e Legislativo local. Por fim, reafirmou parceria com os Municípios e reconheceu o papel das administrações no desenvolvimento regional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado registrou a presença de lideranças do Município de Guaçuí (ES) e da região do Caparaó. Destacou que representantes locais estiveram na Câmara dos Deputados em busca de recursos para fortalecer ações no Município. Em seguida, ressaltou a parceria com autoridades e profissionais que atuam em prol da população e informou que a região recebeu volume expressivo de emendas destinadas ao desenvolvimento local. Ao concluir, reafirmou o compromisso do mandato com o apoio institucional às demandas da cidade e com a destinação de recursos para iniciativas voltadas ao crescimento regional.

Amom Mandel (CIDADANIA - AM) - O Deputado denunciou a atuação do crime organizado no Amazonas, afirmando que facções disputavam influência sobre decisões administrativas e judiciais no Estado. Relatou também desdobramentos de investigação policial que apurou possível envolvimento de integrante da gestão municipal de Manaus (AM) com lavagem de dinheiro ligada ao tráfico. Além disso, defendeu a federalização das apurações conduzidas na operação *Erga Omnes*, com participação do Ministério Público Federal e da Polícia Federal. Alertou para riscos de interferência política nas investigações e mencionou episódios de violência relacionados à sua atuação. Por fim, sustentou que recursos públicos poderiam ter sido desviados para atividades ilícitas e pediu atuação coordenada de órgãos federais para enfrentar o crime organizado.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado citou reportagens sobre o envolvimento de familiares do Presidente da República em escândalos de corrupção. Ainda sobre o assunto, comentou a menção ao filho do chefe do Poder Executivo em delações relacionadas a irregularidades no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Questionou ainda se seriam adotadas medidas judiciais diante das informações divulgadas e cobrou apuração pelas autoridades competentes. Mencionou também atividades da CPI do Crime Organizado do Senado que incluíram convocações e quebra de sigilo bancário e envolveram integrantes do Governo Federal e membros do Judiciário. Concluiu defendendo que os fatos recebessem acompanhamento das instituições e ampla divulgação pública.

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada registrou a presença da Vereadora Marcella Lins Gonçalves, de Santo Antônio do Amparo (MG). Destacou sua atuação voltada à justiça social no Município e ressaltou iniciativas relacionadas à educação e à responsabilidade social desenvolvidas ao longo de sua trajetória pública. Ao concluir, manifestou satisfação pela participação da liderança municipal nas atividades da Câmara e reiterou apoio à continuidade de sua atuação política.

Erika Hilton (PSOL - SP) - A Deputada destacou a condenação, pelo Supremo Tribunal Federal, dos responsáveis pelo assassinato da Vereadora Marielle Franco e de Anderson Gomes. Afirmou que o julgamento representou resposta institucional aguardada por diversos setores da sociedade. Além disso, apontou que a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

condenação simbolizou enfrentamento à impunidade e reforçou a defesa da democracia e dos direitos humanos. Depois, criticou a Câmara pela cassação do mandato do ex-Deputado Chiquinho Brazão por faltas e mencionou a permanência de remuneração ao Conselheiro Domingos Brazão, do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro. Apontou ainda a relação entre violência política, milícias e estruturas institucionais no País. Ainda defendeu um debate sobre violência política, proteção de mulheres e minorias, e destacou a necessidade de reparação institucional diante de crimes que atingem representantes eleitos.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado relatou decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que absolveu acusado de manter relação com menina de 12 anos. Em seguida, afirmou que a situação envolveu exploração e apontou que houve entendimento judicial que citava o consentimento da mãe e da criança. Depois, defendeu que o crime de estupro de vulnerável não comportava flexibilização por se tratar de violência presumida. Além disso, sustentou que o caso exigiu atenção das autoridades e da sociedade e indicou que a proteção da infância demandava vigilância permanente no enfrentamento à exploração sexual e à pedofilia no Brasil.

Murilo Galdino (REPUBLICANOS - PB) - O Deputado registrou a presença de Conselheira Alanna Galdino, do Tribunal de Contas da Paraíba. Destacou sua recente atuação no cargo e mencionou a posse no Conselho Fiscal da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Ademais, ressaltou o trabalho desempenhado no âmbito do tribunal estadual e manifestou reconhecimento pela contribuição à administração pública.

Waldenor Pereira (PT - BA) - O Deputado saudou as populações de Tanque Novo (BA) e Guajeru (BA) pela celebração de 41 anos de emancipação política. Em seguida, destacou a importância histórica da data para os dois Municípios e mencionou lideranças locais e representantes partidários envolvidos nas comemorações. Além disso, ressaltou a realização de programações culturais, festivas, religiosas e esportivas organizadas para marcar a ocasião.

Luisa Canziani (PSD - PR) - A Deputada saudou os Vereadores Rafael Eik, de Ibiporã (PR), e Sidnei Matias, de Londrina (PR), presentes na Câmara dos Deputados. Destacou a atuação de representantes municipais e reconheceu o compromisso com pautas sociais, com ênfase na defesa das pessoas com deficiência e das famílias. Além disso, lamentou o falecimento do Padre Esvildo, liderança religiosa ligada à Escola Profissional e Social do Menor de Londrina (EPESMEL), reconhecido pelo trabalho com crianças e ações comunitárias.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

Rosângela Reis (PL - MG) - A Deputada saudou o povo de Minas Gerais e lembrou sua trajetória na vida pública, iniciada na política municipal e ampliada com mandatos no Legislativo estadual e federal. A seguir, destacou a destinação de recursos para Municípios mineiros, com investimentos em saúde, infraestrutura e educação. Mencionou ações voltadas à duplicação da BR-381, à implantação de *campus* universitário em Ipatinga (MG) e à ampliação do aeroporto regional. Ressaltou o envio de verbas para hospitais e projetos sociais, incluindo iniciativas de atendimento a crianças e adolescentes neurodivergentes. Por fim, reafirmou o compromisso com políticas públicas voltadas à inclusão e ao desenvolvimento regional.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado parabenizou a condução da votação do Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, o chamado Projeto Antifacção, considerado uma medida no enfrentamento ao crime organizado no Brasil. Em seguida, solicitou que fosse pautada a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, a PEC da Segurança Pública, apresentada como demanda de interesse nacional. Destacou a relevância do debate sobre o tema para o fortalecimento das políticas de segurança e para a resposta institucional às preocupações da população. Reforçou o pedido para que a proposta fosse levada à discussão no Plenário, mencionando a expectativa de avanço legislativo na área.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado criticou a aprovação do Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, o chamado PL Antifacção, apontando divergências em relação ao texto do Senado e ao projeto do Governo Federal. Defendeu que a discussão sobre a segurança pública deveria priorizar a proposta de emenda à Constituição sobre o tema, com definição de financiamento e organização federativa. Além disso, questionou o aumento de penas e a inclusão de conceitos sem tipificação jurídica clara. Também criticou a destinação de recursos apreendidos e a previsão de receitas oriundas de apostas para fundos de segurança. Ao finalizar, alertou para impactos sociais das *bets* e cobrou medidas que assegurassem financiamento adequado às políticas públicas na área.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado registrou o lançamento da Campanha da Fraternidade de 2026, com foco no tema moradia, promovido pela Igreja Católica e por outras igrejas cristãs em todo o País. Na sequência, destacou a mobilização de arquidioceses e dioceses do Espírito Santo na realização do evento. Ademais, apontou que o debate sobre habitação exigia atenção diante dos desafios urbanos e do déficit habitacional nacional. Ressaltou também que o Programa Minha Casa, Minha Vida, conduzido pelo Governo Federal, representava um instrumento relevante para enfrentar o problema. Além disso, defendeu que o Parlamento discutisse medidas futuras para ampliar o acesso à moradia e reduzir a carência habitacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

Clarissa Tércio (PP - PE) - A Deputada registrou a aprovação, por Comissões da Casa, de requerimento que concedeu moção de apoio e louvor à cientista Tatiana Sampaio, em reconhecimento pelas pesquisas sobre polilaminina e aos avanços no tratamento de lesões medulares. Além disso, destacou que a iniciativa das Comissões valorizou o trabalho desenvolvido na área científica e apontou que o Parlamento demonstrou incentivo à continuidade de estudos voltados à transformação de vidas. Por fim, indicou que a homenagem representou estímulo à produção científica e ao desenvolvimento de soluções na saúde.

ORDEM DO DIA

Marcos Pereira (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2026, que aprova o texto do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e seus Estados-Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17 de janeiro de 2026.

Pedro Lupion (REPUBLICANOS - PR) - O Deputado, no âmbito da apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2026, relatou que tratativas conduzidas por dirigentes partidários buscaram garantir salvaguardas ao setor agropecuário nas exportações para a União Europeia. Destacou que a Frente Parlamentar da Agropecuária acompanhou o tema diante do aumento das vendas externas entre 2024 e 2025, com crescimento em produtos como milho, açúcar e carne bovina. Informou também que cerca de 18% das exportações do agro tiveram como destino o bloco europeu, que adotou postura protecionista diante da competitividade brasileira e dos subsídios aos produtores locais. Diante do exposto, defendeu que decreto do Governo Federal assegurasse proteção ao setor ao ultrapassar o limite de 5% nas exportações, evitando investigações comerciais.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara dos Deputados relatou reunião com o Vice-Presidente Geraldo Alckmin e representantes do Governo Federal, do Itamaraty e do Ministério da Indústria para tratar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2026, relativo ao acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia. Em seguida, informou que foi apresentada à equipe ministerial a preocupação da Frente Parlamentar da Agropecuária quanto aos decretos de salvaguarda. Além disso, registrou o compromisso do Governo Federal de encaminhar proposta de decreto à Casa Civil, com possibilidade de publicação antes da análise pelo Senado. Depois, destacou que a medida buscou resguardar setores produtivos diante de eventuais impactos do acordo. Por fim, avaliou que a aprovação na Câmara contribuiria para ampliar relações comerciais com a Europa e fortalecer a inserção econômica do Brasil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

Pedro Lupion (REPUBLICANOS - PR) - O Deputado afirmou que a Frente Parlamentar da Agropecuária apoiava o Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2026, relativo ao acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, e defendeu a ampliação de mercados para o setor produtivo nacional. Em seguida, destacou que o respaldo à proposta estava condicionado à garantia de salvaguardas que preservassem a competitividade do produtor rural brasileiro. Além disso, registrou que a continuidade das negociações atravessou diferentes gestões, mencionando a atuação dos então Ministros Marcos Pereira e Tereza Cristina, respectivamente, nos Governos Temer e Bolsonaro. Depois, indicou que a expectativa foi assegurar equilíbrio nas relações comerciais com a Europa. Por fim, sinalizou apoio à aprovação da matéria após o compromisso de proteção ao agro.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado destacou reunião realizada com o Vice-Presidente Geraldo Alckmin para consolidar a posição do Governo Federal sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2026, em debate. Em seguida, destacou que a articulação coordenada pelo Executivo garantiu salvaguardas a serem formalizadas no Senado, com perspectiva de votação por consenso na Câmara. Além disso, afirmou que o entendimento ampliaria o acesso de produtos brasileiros a novos mercados, com impacto direto na relação com a União Europeia. Depois, ressaltou que a iniciativa resultou de negociações conduzidas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com resistência internacional já enfrentada. Por fim, indicou expectativa de consenso na Câmara e avanço estratégico do acordo no Congresso.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2026, que aprova o texto do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e seus Estados-Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17 de janeiro de 2026.

Arthur Oliveira Maia (UNIÃO - BA) - O Deputado alertou para o cenário de violência no Município de Prado (BA), após portaria assinada pelo então Ministro Ricardo Lewandowski que instituiu área indígena ainda em processo de demarcação. Em seguida, afirmou que a medida teria sido seguida por invasões, crimes e insegurança envolvendo propriedades privadas e turistas. Além disso, cobrou atuação do Governo Estadual e do Ministério da Justiça diante da escalada de conflitos. Depois, informou a apresentação de projeto de decreto legislativo para sustar os efeitos da norma e solicitou urgência na tramitação da proposta na Câmara. Por fim, indicou articulação com setores parlamentares para votação da medida, com o objetivo de restabelecer ordem e proteção à população local.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2026, que aprova o texto do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e seus



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

Estados-Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17 de janeiro de 2026.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2026, que aprova o texto do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e seus Estados-Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17 de janeiro de 2026.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada registrou a celebração do aniversário da Associação e Sindicato dos Diplomatas Brasileiros e destacou a criação da Frente Parlamentar Mista do Serviço Exterior Brasileiro. Em seguida, reconheceu a importância da iniciativa para valorizar profissionais da diplomacia responsáveis por representar o País no cenário internacional. Além disso, apontou que a atuação institucional contribuiu para fortalecer o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo corpo diplomático. Ao finalizar, ressaltou que a medida representou avanço no apoio parlamentar ao serviço exterior e na promoção da imagem do Brasil no mundo.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2026, que aprova o texto do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e seus Estados-Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17 de janeiro de 2026.

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2026, que aprova o texto do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e seus Estados-Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17 de janeiro de 2026.

Orlando Silva (PCdoB - SP) - O Deputado discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2026, que aprova o texto do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e seus Estados-Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17 de janeiro de 2026.

Carlos Zarattini (PT - SP) - O Deputado discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2026, que aprova o texto do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e seus Estados-Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17 de janeiro de 2026.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2026, que aprova o texto do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e seus Estados-Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17 de janeiro de 2026.

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2026, que aprova o texto do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e seus Estados-Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17 de janeiro de 2026.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2026, que aprova o texto do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e seus Estados-Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17 de janeiro de 2026.

Arlindo Chinaglia (PT - SP) - O Deputado destacou a relevância do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2026, sobre o acordo entre Mercosul e União Europeia, para ampliar oportunidades comerciais e fortalecer a economia brasileira. Em seguida, ressaltou que parte expressiva das exportações já inclui produtos manufaturados, com apoio de entidades industriais à proposta. Além disso, apontou potencial de geração de empregos e aumento de investimentos com a expansão do comércio internacional. Depois, defendeu o multilateralismo diante de tendências protecionistas no cenário global. Por fim, avaliou que a redução de tarifas poderá beneficiar consumidores e indicou que salvaguardas garantem autonomia nacional, com referência ao Acordo de Paris como base para compromissos ambientais.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado defendeu o Acordo entre Mercosul e Comunidade Europeia como decisão estratégica diante da atual geopolítica. Questionou se o Brasil deveria temer mais os Estados Unidos sob o Governo Trump ou a China. Destacou que a China tem desestruturado mercados globais com maior intensidade. Sustentou que a Europa negocia com o Mercosul em condições menos competitivas e apontou a ausência de compras públicas na área da saúde como salvaguarda relevante. Ressaltou vantagens comparativas brasileiras na transição ecológica, como energia solar, eólica, biomassa, biocombustíveis e terras raras. Por fim, enfatizou que a industrialização dependerá das escolhas políticas e da reeleição do Presidente Lula, defendendo projeto nacional apoiado em ciência e tecnologia, com multilateralismo e soberania popular.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

Renildo Calheiros (PCdoB - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2026, que aprova o texto do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e seus Estados-Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17 de janeiro de 2026.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2026, que aprova o texto do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e seus Estados-Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17 de janeiro de 2026.

Pedro Campos (PSB - PE) - O Deputado elogiou o Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2026, que aprova o texto do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e seus Estados-Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17 de janeiro de 2026. Ressaltou que o esforço diplomático buscou ampliar a inserção internacional do Brasil e do Mercosul, reduzindo dependência de grandes potências e superando a polarização global. Destacou que a parceria com a União Europeia poderá abrir novos mercados e gerar emprego, renda e oportunidades no País. Ao final, defendeu que a implementação do acordo seja acompanhada de aprimoramentos, a fim de proteger a indústria nacional e fortalecer o desenvolvimento em setores nos quais o Brasil ainda apresenta defasagem.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2026, que aprova o texto do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e seus Estados-Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17 de janeiro de 2026.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2026, que aprova o texto do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e seus Estados-Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17 de janeiro de 2026.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2026, que aprova o texto do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e seus Estados-Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17 de janeiro de 2026. Ademais, criticou o aumento dos impostos no Brasil sobre 1.200 produtos, inclusive computadores usados para a educação. Além disso, elogiou o Governo argentino pela redução de tributos e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

de gastos públicos e condenou a política fiscal do Partido dos Trabalhadores (PT), destacando a queda do poder aquisitivo da classe média pela inflação.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara dos Deputados celebrou a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2026, que aprova o texto do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e seus Estados-Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17 de janeiro de 2026, destacando que o acordo aprovado representa capítulo decisivo para a inserção internacional do País, após mais de 26 anos de tratativas. Relatou reunião com o Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, enfatizando o consenso entre o Governo Federal e o Parlamento para a aprovação urgente do acordo internacional. Elogiou o Relator, Deputado Marcos Pereira, pelo trabalho técnico e o Deputado Arlindo Chinaglia pela articulação política para a aprovação do tratado. Por fim, defendeu a consolidação do acordo, com eventuais ajustes conduzidos pelo Itamaraty e Ministérios competentes, sob vigilância do Congresso.

Marcos Pereira (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado celebrou a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2026, que aprova o texto do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e seus Estados-Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17 de janeiro de 2026. Ademais, agradeceu ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Hugo Motta, por sua designação como Relator da matéria, ressaltando a aprovação quase unânime pela Casa. Agradeceu ao Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, pelo compromisso de encaminhar o Decreto de salvaguardas à Casa Civil ainda no mesmo dia e publicá-lo antes da apreciação do tema pelo Senado Federal. Elogiou o trabalho da Consultoria Legislativa e do Deputado Arlindo Chinaglia na construção do texto. Ao final, destacou que o acordo fortalecerá o Mercosul e o Brasil, com geração de emprego e renda pelo setor produtivo.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 3.880, de 2024, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para incluir a violência vicária dentre as definições de violência doméstica e familiar contra a mulher de que trata o respectivo art. 7º. Ademais, relatou articulação com a Deputada Silvyne, o Deputado Jordy e a Deputada Maria do Rosário para unificar iniciativas em texto autônomo que reconheça a violência vicária, preveja sua inclusão no Código Penal e assegure penalização específica. Além disso, comunicou acordo para votação da urgência e anunciou que a Deputada Silvyne elaboraria substitutivo, com possibilidade de apreciação da matéria no dia seguinte.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 3.880, de 2024, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para incluir a violência vicária dentre as definições de violência doméstica e familiar contra a mulher de que trata o respectivo art. 7º. Ademais, criticou a decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que afastou o tipo penal de estupro de vulnerável em caso envolvendo criança de 12 anos, celebrando a posterior revisão da medida e o retorno do acusado à prisão. Além disso, manifestou apoio à punição da violência vicária, mas contestou a inclusão restrita à Lei Maria da Penha, por entender que o texto atribui exclusivamente ao homem a condição de autor e à mulher a de vítima. Argumentou que a violência vicária pode ser praticada por ambos os sexos e relacionou o tema à revogação da Lei de Alienação Parental na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Ao final, informou ter apresentado emenda para tipificação específica no Código Penal, com tratamento isonômico, e condicionou o apoio à urgência ao ajuste do relatório.

Silvye Alves (UNIÃO - GO) - A Deputada informou que houve acordo para aperfeiçoar o Projeto de Lei nº 3.880, de 2024, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para incluir a violência vicária dentre as definições de violência doméstica e familiar contra a mulher de que trata o respectivo art. 7º, e elogiou a iniciativa da Deputada Laura Carneiro. Destacou ainda que o texto buscava contemplar tanto homens quanto mulheres quando vítimas de violência contra os filhos. Ressaltou também que a Deputada Maria do Rosário propôs pena de até 40 anos, equiparando a gravidade da conduta ao feminicídio. Ao final, saudou o Deputado Carlos Jordy pelas observações apresentadas e afirmou que o objetivo seria assegurar tratamento equivalente às vítimas, independentemente do sexo.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada cumprimentou o Presidente da Câmara dos Deputados por pautar o requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 3.880, de 2024, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para incluir a violência vicária dentre as definições de violência doméstica e familiar contra a mulher de que trata o respectivo art. 7º, saudando a iniciativa da Deputada Laura Carneiro. Esclareceu que, em 2025, após caso em que um homem arremessou criança de 5 anos de uma ponte para ferir a ex-esposa, apresentou também proposta para tipificar o homicídio vicário. Defendeu ainda que a pena seja análoga à do feminicídio. Ao final, informou que as proposições seriam unificadas e ressaltou que o tipo penal deve impedir a responsabilização permanente da mãe pela morte do filho em casos de violência vicária.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado convocou manifestação em 1º de março em defesa da Pátria, da Constituição Federal e da libertação do ex-Presidente Bolsonaro e de presos políticos. Anunciou ato em Belém (PA), às 8h30min, na Escadinha, com críticas ao Presidente Lula e aos Ministros do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes e Dias Toffoli.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência à Mensagem nº 112, de 2026, que dispõe sobre o Acordo sobre a 15ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres, assinado em Nairóbi, Quênia, em 21 de dezembro de 2025.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência à Mensagem nº 112, de 2026, que dispõe sobre o Acordo sobre a 15ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres, assinado em Nairóbi, Quênia, em 21 de dezembro de 2025.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência à Mensagem nº 112, de 2026, que dispõe sobre o Acordo sobre a 15ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres, assinado em Nairóbi, Quênia, em 21 de dezembro de 2025.

Heitor Schuch (PSB - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência à Mensagem nº 112, de 2026, que dispõe sobre o Acordo sobre a 15ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres, assinado em Nairóbi, Quênia, em 21 de dezembro de 2025.

Ricardo Galvão (REDE - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência à Mensagem nº 112, de 2026, que dispõe sobre o Acordo sobre a 15ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres, assinado em Nairóbi, Quênia, em 21 de dezembro de 2025.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência à Mensagem nº 112, de 2026, que dispõe sobre o Acordo sobre a 15ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres, assinado em Nairóbi, Quênia, em 21 de dezembro de 2025. Ademais, apelou ao Presidente da Câmara dos Deputados e aos Líderes partidários para que solicitem ao Presidente do Congresso Nacional a convocação de Sessão Conjunta para a apreciação do Veto Total nº 3, de 2026, aposto ao Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que dispõe sobre a dosimetria das penas. Além disso, defendeu a derrubada do veto para beneficiar presos políticos e exilados vítimas de ditadura judicial. Ao final, esclareceu que a Oposição defendia anistia ampla, geral e irrestrita, mas afirmou que o acordo possível foi a redução das penas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento em regime urgência da Mensagem nº 112, de 2026, que trata do Acordo sobre a 15ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres, assinado em Nairóbi, Quênia, em 21 de dezembro de 2025. Destacou o interesse do Governo de Mato Grosso do Sul em sediar, no Pantanal, uma conferência voltada ao tema ambiental, apontando que a iniciativa traria retorno econômico ao Estado. Informou que, além da relevância ambiental, o evento geraria dividendos, com impacto no turismo e no desenvolvimento regional. Defendeu que, mesmo entre aqueles que não priorizam a proteção da biodiversidade e das espécies migratórias, o aspecto econômico deveria ser considerado em benefício da população sul-mato-grossense.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento em regime urgência da Mensagem nº 112, de 2026, que trata do Acordo sobre a 15ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres, assinado em Nairóbi, Quênia, em 21 de dezembro de 2025. Fez um apelo ao Congresso Nacional e afirmou que o ex-Presidente Jair Bolsonaro era vítima de uma armação e de um “crime impossível”. Declarou que o principal líder da Oposição estava sendo perseguido pelo Estado brasileiro e questionou a atuação das instituições, ao afirmar que não havia respeito à Constituição. Informou que houve perseguição política contra integrantes da Oposição. Também defendeu liberdade para Bolsonaro e para os detidos relacionados aos atos de 8 de janeiro, sustentando que não houve tentativa de golpe no País.

Dagoberto Nogueira (PSDB - MS) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul.

Jonas Donizette (PSB - SP) - O Deputado proferiu parecer à Mensagem nº 126, de 2026, que submete à consideração do Congresso Nacional as emendas ao texto do Acordo constitutivo da Organização Internacional do Açúcar (OIAçúcar), particularmente sobre os Artigos 1º, 23, 25, 32, 33 e 34, aprovadas na 59ª Sessão do Conselho Internacional do Açúcar, em Londres, em 26 de novembro de 2021.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu a Mensagem nº 126, de 2026, que submete à consideração do Congresso Nacional as emendas ao texto do Acordo constitutivo da Organização Internacional do Açúcar (OIAçúcar), particularmente sobre os Artigos 1º, 23, 25, 32, 33 e 34, aprovadas na 59ª Sessão do Conselho Internacional do Açúcar, em Londres, em 26 de novembro de 2021.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado discutiu a Mensagem nº 126, de 2026, que submete à consideração do Congresso Nacional as emendas ao texto do Acordo constitutivo da Organização Internacional do Açúcar (OIAçúcar), particularmente sobre os Artigos 1º, 23, 25, 32, 33 e 34, aprovadas na 59ª Sessão do Conselho Internacional do Açúcar, em Londres, em 26 de novembro de 2021.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado proferiu parecer à Mensagem nº 112, de 2026, que trata do Acordo sobre a 15ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres, assinado em Nairóbi, Quênia, em 21 de dezembro de 2025.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de adiamento da discussão por 1 sessão da Mensagem nº 112, de 2026, que trata do Acordo sobre a 15ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres, assinado em Nairóbi, Quênia, em 21 de dezembro de 2025.

Neto Carletto (AVANTE - BA) - O Deputado registrou a presença do Prefeito Arismário, de Santaluz, na Bahia, em agenda em Brasília (DF) com visitas ao Gabinete, à Câmara e a Ministérios, em busca de recursos para o município. Informou que o Gestor municipal atuou para ampliar investimentos em saúde, educação e qualidade de vida da população. Reafirmou o compromisso de destinar mais recursos a Santaluz (BA) e saudou Vereadores, Secretários e representantes locais que acompanharam a agenda na capital federal.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu a Mensagem nº 112, de 2026, que trata do Acordo sobre a 15ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres, assinado em Nairóbi, Quênia, em 21 de dezembro de 2025.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada classificou como histórico o desfecho do julgamento dos assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes e da tentativa de homicídio contra Fernanda Chaves. Relembrou a mobilização iniciada após o crime, em 14 de março, com marchas que cobraram a responsabilização dos executores e mandantes. Informou que a investigação revelou a atuação de milícias e apontou conexões políticas, além de tentativas de desinformação para atacar a reputação de Marielle. Citou a condenação dos irmãos Brazão e de outros envolvidos, após oito anos de apuração. Afirmou que a decisão representou resposta à impunidade e destacou a continuidade da luta contra o avanço das milícias no Rio de Janeiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado registrou a presença, na Câmara, dos Vereadores Vanderlaine Soares e Natanael Alvares, de Conquista D'Oeste, em Mato Grosso. Destacou o perfil produtivo da cidade, voltado às atividades rural, agrícola e agropecuária, que contribuem para a economia do Estado. Também enviou cumprimentos ao Prefeito Odair Vargas, do PL. Afirmou que a atuação em Brasília (DF) é fundamental para viabilizar recursos destinados aos municípios mato-grossenses e ressaltou a importância da agenda institucional dos representantes locais na capital federal.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado discutiu a Mensagem nº 112, de 2026, que trata do Acordo sobre a 15ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres, assinado em Nairóbi, Quênia, em 21 de dezembro de 2025.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado cobrou esclarecimentos sobre o reajuste anunciado para servidores terceirizados da Câmara. Relembrou que, em sessão anterior, o Presidente Hugo Motta informou a concessão de aumento no auxílio-alimentação, a adoção do modelo de conta vinculada e um reajuste salarial entre 10% e 12%. Informou que trabalhadores o procuraram para relatar que o percentual não constou nos contracheques. Solicitou à Presidência a verificação do caso, apontando a possibilidade de as empresas contratadas não terem repassado o valor informado. Destacou a importância dos terceirizados para o funcionamento da Casa e afirmou aguardar retorno oficial sobre a situação.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado discutiu a Mensagem nº 112, de 2026, que trata do Acordo sobre a 15ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres, assinado em Nairóbi, Quênia, em 21 de dezembro de 2025.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada associou políticas de saneamento, saúde e educação à agenda ambiental e rebateu críticas ao Governo Federal, ao citar indicadores como queda no desemprego, controle da inflação e ampliação do acesso ao gás para 15 milhões de famílias. Também destacou o julgamento dos mandantes do assassinato de Marielle Franco, afirmando que o País aguardava uma resposta institucional. Relembrou a comoção provocada pelo crime e as tentativas de silenciar a Vereadora, sustentando que sua trajetória permaneceu como referência nas lutas por justiça e igualdade. Informou que a condenação representou enfrentamento à impunidade.

Ricardo Galvão (REDE - SP) - O Deputado discutiu a Mensagem nº 112, de 2026, que trata do Acordo sobre a 15ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres, assinado em Nairóbi, Quênia, em 21 de dezembro de 2025.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado registrou a presença, no plenário da Câmara, do Deputado Estadual Coronel Alberto Feitosa, de Pernambuco, e informou que ambos participaram de reunião do PL em Brasília (DF) para alinhar ações entre os mandatos federal e estadual. Afirmou que o encontro tratou de estratégias partidárias e mencionou levantamento do instituto Paraná Pesquisas, segundo o qual Flávio Bolsonaro aparecia à frente em cenário eleitoral no Estado de São Paulo. Associou o resultado à articulação do Partido e destacou a agenda conjunta voltada a Pernambuco.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de adiamento da votação da Mensagem nº 112, de 2026, que trata do Acordo sobre a 15ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres, assinado em Nairóbi, Quênia, em 21 de dezembro de 2025.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado encaminhou a votação da Mensagem nº 112, de 2026, que trata do Acordo sobre a 15ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres, assinado em Nairóbi, Quênia, em 21 de dezembro de 2025.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada contestou alegações feitas anteriormente na tribuna sobre o preço do gás de cozinha durante o Governo Bolsonaro. Além disso, destacou realizações do Governo Lula, incluindo o programa que beneficia 15 milhões de famílias com gás gratuito, além de mencionar índices positivos de emprego e inflação e a valorização do salário mínimo, concluindo com uma crítica à falta de compromisso com a verdade de quem divulga informações falsas.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2026, que aprova o texto do Acordo sobre a 15ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres, assinado em Nairóbi, Quênia, em 21 de dezembro de 2025. Além disso, questionou a coerência do discurso oficial de combate à pobreza diante da ampliação de benefícios sociais e citou que 25% da população recebe Bolsa Família. Também afirmou que a distribuição de botijões, antes enquadrada como crime eleitoral, hoje está prevista em lei. Por fim, criticou gastos do Governo com eventos e a população depende de programas assistenciais, deixando em segundo plano áreas como saúde, segurança e educação.

Nilton Totto (PT - SP) - O Deputado rebateu críticas à realização de eventos internacionais no Brasil, como a COP30 e a COP15 sobre espécies migratórias. Afirmou que encontros científicos fortalecem a produção de conhecimento e contribuem para a projeção internacional do País, além de impulsionarem o turismo e o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

número de visitantes estrangeiros. Por fim, declarou que as críticas reduzem o debate a interesses de mercado e desconsideram a relevância da ciência e da pesquisa.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2026, que aprova o texto do Acordo sobre a 15ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres, assinado em Nairóbi, Quênia, em 21 de dezembro de 2025.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado criticou o Governador Romeu Zema por reduzir em 96% os recursos de prevenção a desastres climáticos em Minas Gerais, apontando impactos em cidades como Juiz de Fora (MG) e Ubá (MG). Associou os cortes a uma postura negacionista e defendeu maior atenção a políticas ambientais, citando tragédias como Mariana (MG) e Brumadinho (MG). Além disso, tratou do Banco Master, relacionando a instituição a integrantes do Governo Bolsonaro e a supostas irregularidades envolvendo crédito consignado do INSS. Por último, defendeu investigação aprofundada do caso e afirmou que o tema deve ser debatido na CPMI do INSS.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado rebateu acusações feitas ao Banco Master e contestou a expressão “Bolsomaster”, afirmando que a instituição mantém vínculos com nomes ligados a governos do PT, como Ricardo Lewandowski, Henrique Meirelles e Guido Mantega. Citou, ainda, reportagem do Valor Econômico para sustentar que integrantes do atual Governo teriam relação com o banco. Também criticou a atuação do PT na CPMI do INSS, alegando resistência à quebra de sigilo e à convocação de investigados. Por fim, defendeu apuração ampla do caso e cobrou compromisso com a verdade nos debates parlamentares.

Ricardo Galvão (REDE - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2026, que aprova o texto do Acordo sobre a 15ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres, assinado em Nairóbi, Quênia, em 21 de dezembro de 2025.

Bandeira de Mello (PSB - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2026, que aprova o texto do Acordo sobre a 15ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres, assinado em Nairóbi, Quênia, em 21 de dezembro de 2025.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2026, que aprova o texto do Acordo sobre a 15ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres, assinado em Nairóbi, Quênia, em 21 de dezembro de 2025.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado fez ressalvas quanto ao montante de R\$ 42,9 milhões previsto para a realização do evento em debate, a COP 15. Reconheceu a relevância da iniciativa para o turismo e para o protagonismo internacional do Brasil no debate ambiental, porém questionou se os recursos poderiam ser direcionados a áreas como saúde e educação. Também alertou para possíveis responsabilidades civis ou indenizações decorrentes da execução do evento. Por fim, defendeu atenção à correta aplicação do dinheiro público e reforçou a necessidade de transparência e eficiência no uso dos recursos.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2026, que aprova o texto do Acordo sobre a 15ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres, assinado em Nairóbi, Quênia, em 21 de dezembro de 2025.

BREVES COMUNICAÇÕES

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado registrou a despedida da assessora legislativa Lia, que encerrava seu ciclo de trabalho no Partido Novo. Afirmou que diversas intervenções e posicionamentos em plenário contaram com a orientação da assessora, cuja capacidade técnica e habilidade foram determinantes para o aprofundamento de temas legislativos.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado alertou para os impactos da proposta de parceria público-privada sobre a infraestrutura hídrica das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ), em São Paulo. Reconheceu a necessidade de investimentos, mas questionou o modelo de concessão de longo prazo de um sistema que abastece 21 municípios e milhões de pessoas. Finalmente, defendeu que a água é um direito humano e um bem comum, e afirmou que garantir segurança hídrica exige gestão pública, proteção dos mananciais e preservação da soberania ambiental.

Heitor Schuch (PSB - RS) - O Deputado criticou a cobrança de *royalties* sobre a produção de soja após a aquisição da Monsanto pela Bayer, afirmando que os produtores estão sendo obrigados a pagar 7,5% da produção ou R\$ 280 por hectare, inclusive sobre a semente salva, o que considera abusivo, especialmente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

diante das secas e prejuízos enfrentados no Rio Grande do Sul. Informou também ter solicitado audiência pública na Comissão de Agricultura para debater o tema com cooperativas, sindicatos e entidades do setor, defendendo que o Congresso discuta medidas para proteger os agricultores dos custos elevados impostos pelas empresas detentoras das sementes.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado criticou decisões judiciais que permitiram ao Deputado Estadual Edson Araújo não comparecer à oitiva da CPMI do INSS, afirmando que ele teria tentado inicialmente apresentar atestado e depois ingressado com *habeas corpus* para evitar depor. Afirmou que as investigações continuam e há provas decorrentes de quebras de sigilo que indicariam o recebimento de valores milionários em conta pessoal, recursos que teriam origem em valores desviados de aposentados e pescadores.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado agradeceu a presença, na Câmara, de representantes do movimento pela contagem pública de votos, vindos de diversos Estados. Informou que o grupo está dialogando com os Líderes partidários para tentar pautar e aprovar o projeto que trata da contagem pública dos votos.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou a sanção da Lei nº 15.234, de 2025, originada do Projeto de Lei nº 942, de 2024, de sua autoria, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para aumentar a pena de quem vender, fornecer ou entregar bebidas alcoólicas e outras substâncias que causem dependência a crianças e adolescentes quando houver consumo efetivo. Destacou que a medida fortalece a proteção integral da infância, reconhece a maior gravidade da conduta quando há dano concreto à saúde do menor e reafirma o compromisso do Estado e da sociedade com os direitos das crianças e adolescentes.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado registrou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, do Projeto de Lei nº 3.832, de 2025, de sua relatoria, que amplia as vedações à aplicação de circunstâncias atenuantes e à redução do prazo de prescrição em crimes que envolvam violência sexual. Afirmou que a proposta corrige distorção legislativa ao estender a proteção a todas as vítimas, independentemente de gênero ou idade, impedindo que a idade do agressor resulte em abrandamento da punição nesses casos. Destacou ainda que a medida reforça o caráter pedagógico da lei penal, combate a impunidade e reafirma o compromisso do Parlamento com a dignidade da pessoa humana e com a proteção igualitária das vítimas.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado destacou a entrada em vigor das novas regras de segurança do PIX, especialmente a versão 2.0 do mecanismo de devolução (MED), implementada pelo Banco Central e obrigatória para todas as instituições financeiras. Explicou que o novo sistema permite rastrear



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

valores transferidos em fraudes mesmo após saírem da conta original do golpista, facilitando a recuperação do dinheiro, com expectativa de restituição em cerca de 11 dias e redução de até 40% nas fraudes. Ressaltou ainda que os aplicativos bancários passaram a oferecer botão de contestação para casos de golpe ou coerção, com prazo de até 80 dias para solicitação, mecanismo que não se aplica a erros ou desacordos comerciais. Por fim, enfatizou a relevância do PIX, já utilizado por mais de 170 milhões de brasileiros e consolidado como principal meio de pagamento do País.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado apresentou o Projeto de Lei nº 668, de 2026, de sua autoria, que visa reforçar no Código Penal a presunção absoluta de vulnerabilidade de menores de 14 anos nos crimes de estupro de vulnerável, deixando explícito que consentimento, comportamento ou vida pregressa da vítima são juridicamente irrelevantes. Afirmou que proposta também altera o Código de Processo Penal para coibir a revitimização, vedando perguntas e provas que exponham a intimidade da vítima e impondo ao juiz o dever de indeferir tais práticas. Declarou ainda que o objetivo é impedir interpretações que relativizem a proteção legal, fortalecer a segurança jurídica e assegurar tolerância zero à culpabilização de crianças e adolescentes, reafirmando o compromisso do Estado com a dignidade das vítimas.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado apontou que pesquisas eleitorais recentes refletem um sentimento de insatisfação da população com a situação do país. Argumentou que o eleitor estaria percebendo problemas na economia, na segurança pública e na condução do Governo, o que se traduz em desgaste político. Afirmou que nomes como Romeu Zema, Tarcísio de Freitas e Flávio Bolsonaro aparecem competitivos não apenas por força eleitoral, mas como expressão desse descontentamento e da busca por alternativas. Além disso, destacou que há demanda por gestão técnica, responsabilidade fiscal, segurança e menos influência ideológica. Por fim, conclui que o cenário indica um desejo de mudança de rumo no país, com maior valorização de resultados concretos, e interpretou as pesquisas como um sinal de que a sociedade está avaliando criticamente o atual Governo.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado denunciou uma grave situação de segurança pública em Manaus (AM), destacando que investigações da Operação *Erga Omnes* apontariam possível infiltração do crime organizado, especialmente do Comando Vermelho, na estrutura da Prefeitura. Afirmou que o problema ultrapassa a esfera policial e representa uma ameaça institucional, com riscos de desvio de recursos públicos, coação de servidores e distorção de políticas públicas em benefício de organizações criminosas. Diante disso, anunciou que irá solicitar diligência da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) para apurar os fatos, ouvir autoridades e avaliar medidas legislativas. Conclui que o avanço do crime organizado dentro do Estado exige resposta firme das instituições e do Congresso Nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

Rubens Otoni (PT - GO) - O Deputado defendeu a reformulação do modelo de financiamento do transporte público urbano no Brasil, argumentando que o sistema atual, baseado majoritariamente na tarifa paga pelo usuário, está esgotado e produz um ciclo de aumento de preços, queda de demanda e deterioração dos serviços. Apontou que crises como os protestos de 2013 e a pandemia de Covid-19 evidenciaram essa fragilidade, reforçando a necessidade de tratar o transporte como direito social, já reconhecido na Constituição, e não apenas como atividade econômica. Nesse contexto, defendeu a Tarifa Zero como alternativa, com financiamento coletivo, destacando impactos positivos na inclusão social, no acesso a serviços, na economia local e na redução de emissões. Além disso, citou propostas em debate para viabilizar esse modelo, como a Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2023, que acrescenta o Capítulo IX ao Título VIII para oferecer diretrizes sobre o direito social ao transporte previsto no art. 6º e sobre o Sistema único de Mobilidade e autoriza a União, Distrito Federal e Municípios a instituírem contribuição pelo uso do sistema viário, destinada ao custeio do transporte público coletivo urbano; e o Projeto de Lei nº 3.278, de 2021, que institui o marco legal do transporte público coletivo urbano e altera a Lei nº 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade), a Lei nº 10.336, de 2001, a Lei nº 10.636, de 2002, e a Lei nº 12.587, de 2012 (Lei de Mobilidade Urbana), autorizando a participação da União no custeio do sistema. Por fim, defendeu que o Congresso avance nessas medidas com responsabilidade fiscal e governança, afirmando que a mobilidade urbana deve ser tratada como política estratégica de desenvolvimento, inclusão social e transição ecológica.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado defendeu a necessidade de enfrentar a violência contra a mulher, com foco na violência institucional sofrida por vítimas durante processos judiciais, destacando que o sistema de justiça deve atuar como espaço de proteção e não de revitimização. Reconheceu iniciativas recentes de combate ao feminicídio, mas sustentou que é preciso avançar na revisão de práticas e instrumentos jurídicos. Nesse contexto, propôs uma interpretação ampliada do *habeas corpus* para que também possa ser utilizado em favor da vítima, argumentando que a Constituição não restringe seu uso ao réu e que, à luz da dignidade humana, o instrumento pode ser aplicado diante de constrangimentos ilegais como exposição indevida, intimidação ou risco à integridade da vítima. Ressaltou que, em crimes sexuais, procedimentos judiciais frequentemente expõem vítimas a situações de humilhação, mesmo após avanços legais como a Lei Mariana Ferrer, o que justificaria medidas mais eficazes de proteção. Defendeu ainda a ampliação da legitimidade para impetração, incluindo Ministério Público e assistente de acusação, além da adoção de protocolos como escuta protegida, restrição a perguntas invasivas, uso de videoconferência, assistência psicológica e medidas cautelares contra o agressor. Também propôs aprimoramentos legislativos, realização de audiências públicas e fortalecimento de políticas públicas e da capacitação de profissionais com perspectiva de gênero. Conclui que a proteção da vítima e o devido processo legal são complementares e que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 10.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/02/2026

a ampliação do *habeas corpus* pode tornar o sistema de justiça mais justo e alinhado aos princípios constitucionais.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada criticou a narrativa oficial do Governo de Santa Catarina que apresentou o Estado como o mais seguro do país, argumentando que essa versão não se sustenta quando confrontada com dados completos do Atlas da Violência 2025, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Embora reconheça a queda na taxa de homicídios, destacou que essa redução foi inferior à média nacional e decorre de fatores amplos, como o envelhecimento da população, mudanças nas dinâmicas entre facções e políticas públicas implementadas em gestões anteriores. Apontou omissões relevantes na divulgação oficial, como o aumento da violência contra mulheres, o crescimento expressivo de homicídios entre pessoas negras e a elevação da letalidade juvenil, além do preocupante avanço das taxas de suicídio entre crianças e adolescentes. Também questionou a celebração da queda em crimes como estelionato, ressaltando a subnotificação, especialmente em crimes digitais que afetam populações vulneráveis. Concluiu que segurança pública não pode ser tratada como propaganda, defendendo um debate transparente que considere todas as dimensões da violência e priorize a proteção efetiva da população.

ENCERRAMENTO